



ACÓRDÃO Nº 1224/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12365/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Jalil Fraxe Campos (Ordenador de Despesa), Jose Paulo Radin Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6488/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON. Exercício de 2018.

Regularidade. Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Jose Paulo Radin Souza**, Gestor e Ordenador das despesas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON, no período de 01/01/2018 a 24/06/2018, exercício 2018, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso I, todos da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Julgar irregular** as Contas do **Sr. Jalil Fraxe Campos**, Gestor e Ordenador das despesas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON no período de 25/06/2018 a 31/12/2018, exercício 2018, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM; devido a:



ACÓRDÃO Nº 1224/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.1.** Ausência de envio do Relatório de Bens Móveis, quando existente Saldo da Conta “Bens Móveis” no valor de **R\$ 1.200.891,06**, configurando descontrole patrimonial;
- 10.2.2.** Ausência de justificativa do saldo zerado da Conta “Depreciação, Amortização e Exaustão” na Demonstração das Variações Patrimoniais, uma vez que o Órgão possui bens móveis passíveis de depreciação;
- 10.2.3.** Ausência de Certificado de Controle Interno, conforme arts. 31 caput e 74 caput e incisos da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64;
- 10.2.4.** Ausência de justificativa quanto ao pagamento de juros e multas ao INSS, no valor **R\$ 506,20**.
- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Jalil Fraxe Campos** no valor de **R\$ 506,20**, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ em razão de dano ao erário decorrente de ato ilegítimo pelo pagamento de juros e multa ao INSS;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Jalil Fraxe Campos** no valor de **R\$ 15.000,00**, por na qualidade de Gestor e Ordenador das despesas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON, referente ao exercício 2018, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996, não ter realizado o envio do relatório de bens móveis; bem como devido à ausência de certificado de Controle Interno; e ao pagamento de juros/multa ao INSS.
Tal valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.5. Dar ciência à FUNDECON, ao Sr. Jalil Fraxe Campos e ao Sr. José Paulo Radin Souza**, encaminhando-lhes cópia do presente *decisum*.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Novembro de 2019



ACÓRDÃO Nº 1224/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral